

MARCO AURELIO KAMINSKI

IMPACTO FINANCEIRO DA EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DO
PIS E DA COFINS: UM ESTUDO EM EMPRESA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE
PLACAS

CURITIBA

2020

MARCO AURELIO KAMINSKI

IMPACTO FINANCEIRO DA EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CALCULO DO
PIS E DA COFINS: UM ESTUDO EM EMPRESA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE
PLACAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial à obtenção do título de Especialista,
Curso de Especialização em Contabilidade e Finanças,
Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade
Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Portulhak

CURITIBA

2020

RESUMO

A alta carga tributária no Brasil influencia diretamente no preço e competitividade das empresas e consequentemente no seu desenvolvimento. Isso abre espaço para os contadores e administradores enfrentarem o desafio de buscar a elisão fiscal para suas empresas. Para se manter em um mercado totalmente agressivo, o analista deve se comprometer em buscar mecanismos e controvérsias nas inúmeras legislações em que o fisco impõe ao contribuinte. Uma dessas controvérsias é sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Com vários textos sobre a incidências de impostos sobre o faturamento, o contribuinte acaba sendo onerado indevidamente por não ter clareza nessas legislações. Nesse sentido, esse trabalho tem o objetivo de demonstrar o impacto financeiro da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS em uma empresa do ramo de fabricação de placas para automóveis. Comparando os resultados dos cálculos efetuados com a exclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS e analisando os impactos no resultado da empresa, se obteve uma redução nas contribuições, assim promovendo uma economia tributária.

Palavras-chave: PIS e COFINS, Base de cálculo PIS e COFINS. ICMS

ABSTRACT

The high tax burden in Brazil directly influences the price and competitiveness of companies and, consequently, their development. This opens space for accountants and administrators to face the challenge of seeking tax elision for their companies. In order to remain in a totally aggressive market, the analyst must commit to seeking mechanisms and controversies in the countless laws that the tax authorities impose on the taxpayer. One of these controversies is about the exclusion of ICMS from the PIS and COFINS tax basis. With several texts on the incidence of taxes on billing, the taxpayer ends up being unduly burdened for not being clear in these laws. In this sense, this work has the objective of demonstrating the financial impact of the exclusion of ICMS in the PIS and COFINS calculation base in a company in the automobile plate manufacturing business. Comparing the results of the calculations made with the exclusion of ICMS on the basis of PIS and COFINS and analyzing the impacts on the company's results, a reduction in contributions was obtained, thus promoting a tax economy.

Keywords: PIS and COFINS, PIS and COFINS calculation basis. ICMS

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Faturamento e Base de Cálculo do PIS e COFINS – sem exclusão;

Tabela 2: Cálculo do PIS e da COFINS sobre o Faturamento – sem exclusão;

Tabela 3: Apuração da Base de Cálculo com a Exclusão do ICMS – com exclusão

Tabela 4: Calculo PIS e COFINS com a Exclusão do ICMS.

Tabela 5: Comparativo de Bases de Calculo

Tabela 6: Comparativo PIS e COFINS

Tabela 7: DRE 2019 – sem exclusão

Tabela 8: DRE após alteração

Tabela 9: Comparativo do resultado

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
1.1 Contextualização.....	6
1.2 Problematização	7
1.3 Objetivos	8
1.3.1 Objetivo Geral	8
1.3.2 Objetivos Específicos.....	8
1.4 Justificativas.....	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 PIS, COFINS E ICMS	10
2.1.1 PIS	10
2.1.2 COFINS	12
2.1.3 ICMS	15
2.2 Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.....	16
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	19
3.1 Tipologia quanto aos objetivos.....	19
3.2 Tipologia quanto aos procedimentos	19
3.3 Tipologia quanto à abordagem ao problema.....	19
3.4 Descrição do caso.....	20
3.5 Estratégias para coleta e análise de dados	20
4 ANÁLISE DOS DADOS.....	21
4.1 Resultados sem a exclusão	21
4.2 Resultados com a exclusão	23
4.3 Discussão	24
5 CONCLUSÃO.....	28
REFERÊNCIAS.....	30
APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO	33

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Várias discussões se formam em torno dos tributos que as empresas recolhem, pois esses impostos estão incorporados nos custos da mercadoria vendida. Conforme Fabretti (2008, p.190) descreve que os tributos indiretos, pela sua natureza e mediante técnica que em Ciências das Finanças denomina-se de repercussão, são transferidos para o preço. Logo é evidente que os tributos interferem diretamente no preço e na competitividade das empresas, sendo que as principais discussões são os valores e a complexidade desses tributos.

O imposto é algo que influencia no dia a dia de todos os brasileiros. Em 2019 conforme publicação do tesouro nacional a carga tributária estimada atingiu os incríveis 33,17% do PIB. (BOLETIM CTB, 2019). O planejamento tributário é utilizado para reduzir de forma legal o ônus fiscal, visto isso, com a complexidade das leis tributárias as companhias utilizam destas técnicas para um melhor entendimento do sistema tributário e com a finalidade de obter uma carga tributária menor para operar com um preço competitivo. Segundo Borges (2002, p. 64),

Dois fatores determinam a importância e a necessidade do Planejamento Tributário na empresa. O primeiro é o elevado ônus fiscal incidente no universo dos negócios. O Outro é a consciência empresarial do significativo grau de complexidade, sofisticação, alternância e versatilidade da legislação pertinente.

Com o intuito de diminuição de carga tributária, um contribuinte ingressou com o Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, levado à votação no STF na intenção de efetuar exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições PIS e a COFINS. Esse julgamento foi finalizado em 2017. (RECURSO, 2007).

Na sua decisão, o STF entendeu que o ICMS não é receita, logo, o valor do ICMS não pode integrar a base de cálculo do PIS e da COFINS (RECURSO, 2006). A base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e COFINS é o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica de acordo com o Art. 2º da Lei 9.718 de novembro de 1998:

Art. 2º As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, serão calculadas com base no seu faturamento. (BRASIL, Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998).

Diante disso, o Poder Judiciário e a Receita Federal do Brasil ficaram obrigados a seguir o novo entendimento sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS conforme a decisão do STF (RECURSO, 2006).

Sendo realizados todos os embasamentos legais, serão coletados neste trabalho dados fiscais de uma empresa do setor de comércio e indústria e analisados os impactos tributários e financeiros após ser feita a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, assim chegando ao valor que a empresa em estudo terá direito de compensar ou restituir como imposto pago a maior em decorrência desta alteração.

1.2 Problemática

A grande competitividade de mercado tenciona o administrador a procurar alternativas para se destacar. Uma de suas ferramentas é o planejamento tributário, que nada mais é que o estudo dos tributos que incidem sobre os produtos de suas atividades (FABRETTI, 2005). De acordo com Fabretti (2005, p. 152),

Sua finalidade é obter a maior economia fiscal possível, reduzindo a carga tributária para o valor realmente exigido por lei [...]. Portanto, deve-se estudar e identificar todas as alternativas legais aplicáveis aos casos ou a existência de lacunas na lei, que possibilitem realizar a operação pretendida da forma menos onerosa possível para o contribuinte, sem contrariar a lei.

Com as contradições na legislação, é estimulado ao contribuinte buscar o entendimento apurado nas leis para que a gestão de sua carga tributária deixe a empresa mais competitiva no mercado. “O planejamento tributário é o conjunto de condutas, comossivas ou omissivas (...) realizadas antes ou depois da ocorrência do fato gerador, destinadas a reduzir, mitigar, transferir ou postergar legal e lícitamente os ônus do tributo” (GUBERT, 2003, p. 33).

A inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS é algo que merece a atenção na hora do administrador fazer a apuração dos custos diretos, pois isso

influencia diretamente no preço de venda, já que os tributos estão englobados nessa categoria (WERNKE, 2001).

Tendo um desdobramento nas discussões no STF sobre o tema, essa pesquisa busca expor o impacto da exclusão do ICMS na base do PIS e COFINS diante um estudo de caso em uma empresa do ramo de fabricação e comercialização de placas de veículos.

Com isso, essa pesquisa levanta a seguinte questão: **Quais os impactos tributários e financeiros da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS em empresas de placas?**

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Avaliar os impactos tributários e financeiros na atividade de comercialização e indústria de placas com a exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Apurar a carga tributária antes e após as exclusões do ICMS nas bases de PIS e COFINS.
- Comparar os resultados dos cálculos efetuados com a exclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS.
- Analisar o impacto no resultado da empresa com essas exclusões e os benefícios financeiros que elas poderão obter.

1.4 Justificativas

Com a alta carga tributária do Brasil e as alterações frequentes na legislação, é imprescindível que a empresa e seus colaboradores tenham um excelente

conhecimento e entendimento na legislação, que por sua vez é complexa e depende muito da interpretação do consultor.

Um planejamento eficaz, portanto, deixou de ser algo secundário e passou a ser obrigatório independentemente do porte da empresa. De acordo com Chiavenato (2004, p. 190), “O planejamento é um importante componente da vida organizacional, capaz de dar-lhe condições de rumo e continuidade em sua trajetória rumo ao sucesso”, pois uma companhia com um planejamento tributário preciso consegue contribuir com uma maior competitividade no mercado.

A justificativa desse projeto é demonstrar o entendimento teórico da lei a favor do contribuinte com temas práticos e focados no ramo de fabricação de placas. A ausência de pesquisas publicadas para a atividade proposta gera o interesse de ser feita uma análise detalhada e pública com um estudo de caso para nortear as empresas do mesmo segmento no planejamento tributário para a elisão fiscal, assim diminuindo a carga tributária e consequentemente aumentando a sua competitividade no mercado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PIS, COFINS E ICMS

2.1.1 PIS

O PIS é embasado pela Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002. A contribuição tem como fim promover a integração do empregado no desenvolvimento da empresa, ou seja, tem a destinação específica para o financiamento de programas como o seguro-desemprego e o abono salarial (BRASIL, 2002).

Para determinar a base de cálculo, esta tem como base o faturamento mensal, logo é considerada a receita bruta das vendas de mercadorias e serviços. Com base no art. 208 do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, o Fisco considera que a receita bruta compreende:

- I - o produto da venda de bens nas operações de conta própria;
 - II - o preço da prestação de serviços em geral;
 - III - o resultado auferido nas operações de conta alheia; e
 - IV - as receitas da atividade ou do objeto principal da pessoa jurídica não compreendidas no inciso I ao inciso III do caput.
- (BRASIL, Lei nº 9.580, de 22 de novembro de 2018).

As receitas financeiras também compõem a base do PIS, mas apenas se empresa for tributada pelo regime não-cumulativo, conforme o Decreto nº 8.426 de 1º de abril de 2015.

Art. 1º Ficam restabelecidas para 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) e 4% (quatro por cento), respectivamente, as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre receitas financeiras, inclusive decorrentes de operações realizadas para fins de hedge, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições.

§ 1º Aplica-se o disposto no caput inclusive às pessoas jurídicas que tenham apenas parte de suas receitas submetidas ao regime de apuração não-cumulativa da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS.

§ 2º Ficam mantidas em 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) e 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento), respectivamente, as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS aplicáveis aos juros sobre o capital próprio.

(BRASIL, Decreto nº 8.426, de 01 de abril de 2015).

Após apuradas as receitas, também é necessário analisar as deduções permitidas em lei conforme dispõe o art. 3º § 2º da Lei nº 9.718/98. Estão excluídos da base de cálculo os valores relativos:

I - as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos, o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;

II - as reversões de provisões e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita;

III - (Revogado pela Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)

IV - a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente;

V - a receita decorrente da transferência onerosa a outros contribuintes do

ICMS de créditos de ICMS originados de operações de exportação, conforme o disposto no inciso II do § 1º do art. 25 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

(BRASIL, Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998).

Existem dois regimes de apuração: o cumulativo, com alíquota básica de 0,65%, e o não cumulativo, com alíquota básica de 1,65%. No regime não cumulativo a empresa pode se creditar dos seguintes itens conforme a Lei 10.637/02:

I - bens adquiridos para revenda, exceto em relação às mercadorias e aos produtos referidos:

a) nos incisos III e IV do § 3º do art. 1º desta Lei;

b) no § 1º do art. 2º desta Lei;

II - bens e serviços, utilizados como insumo na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda, inclusive combustíveis e lubrificantes, exceto em relação ao pagamento de que trata o art. 2º da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, devido pelo fabricante ou importador, ao concessionário, pela intermediação ou entrega dos veículos classificados nas posições 87.03 e 87.04 da Tipi;

III – (VETADO);

IV - aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos, pagos a pessoa jurídica, utilizados nas atividades da empresa;

V - valor das contraprestações de operações de arrendamento mercantil de pessoa jurídica, exceto de optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES;

VI - máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado, adquiridos ou fabricados para locação a terceiros, ou para utilização na produção de bens destinados à venda ou na prestação de serviços;

VII - edificações e benfeitorias em imóveis de terceiros, quando o custo, inclusive de mão-de-obra tenha sido suportado pela locatária;

VIII - bens recebidos em devolução, cuja receita de venda tenha integrado faturamento do mês ou de mês anterior, e tributada conforme o disposto nesta Lei;

IX - energia elétrica e energia térmica, inclusive sob a forma de vapor, consumidas nos estabelecimentos da pessoa jurídica;

(BRASIL, Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2003).

Por sua vez, no regime cumulativo não há o direito ao crédito, regime que é obrigatório para empresas do lucro presumido ou arbitrado. (BRASIL, Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998).

2.1.2 COFINS

A COFINS é embasada pela Lei nº 9.718 de 27 de novembro de 1998. A contribuição tem como fim financiar a seguridade social. Como o PIS, para determinar a base de cálculo, será com base no faturamento mensal, logo é considerado a receita bruta das vendas de mercadorias e serviços. Com base no art. 208 do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 o fisco considera que a receita bruta compreende

I - o produto da venda de bens nas operações de conta própria;

II - o preço da prestação de serviços em geral;

III - o resultado auferido nas operações de conta alheia; e

IV - as receitas da atividade ou do objeto principal da pessoa jurídica não compreendidas no inciso I ao inciso III do caput.

(BRASIL, Lei nº 9.580, de 22 de novembro de 2018).

As receitas financeiras também compõem a base da COFINS, mas apenas se empresa for tributada pelo regime não-cumulativo conforme o Decreto nº 8.426 de 1º de abril de 2015.

Art. 1º Ficam restabelecidas para 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) e 4% (quatro por cento), respectivamente, as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre receitas financeiras, inclusive decorrentes de operações realizadas para fins de hedge, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições.

§ 1º Aplica-se o disposto no caput inclusive às pessoas jurídicas que tenham apenas parte de suas receitas submetidas ao regime de apuração não-cumulativa da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS.

§ 2º Ficam mantidas em 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) e 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento), respectivamente, as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS aplicáveis aos juros sobre o capital próprio.

(BRASIL, Decreto nº 8.426, de 01 de abril de 2015).

Após apuradas as receitas, também é necessário analisar as deduções permitidas em lei conforme dispõe o art. 3, § 2º, da Lei no 9.718/98. Estão excluídos da base de cálculo os valores relativos:

I - as vendas canceladas, os descontos incondicionais concedidos, o

Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário;

II - as reversões de provisões e recuperações de créditos baixados como perda, que não representem ingresso de novas receitas, o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e os lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita;

III - (Revogado pela Medida Provisória nº 2158-35, de 2001)

IV - a receita decorrente da venda de bens do ativo permanente;

V - a receita decorrente da transferência onerosa a outros contribuintes do

ICMS de créditos de ICMS originados de operações de exportação, conforme o disposto no inciso II do § 1º do art. 25 da Lei Complementar no 87, de 13 de setembro de 1996.

(BRASIL, Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998).

Existem dois regimes de apuração o cumulativo com alíquota básica de 3% e o não cumulativo com alíquota básica de 7,6%. No regime não cumulativo a empresa pode se creditar dos seguintes itens conforme a Lei 10.833/03:

I - bens adquiridos para revenda, exceto em relação às mercadorias e aos produtos referidos:

a) nos incisos III e IV do § 3º do art. 1º desta Lei

b) nos §§ 1º e 1º-A do art. 2º desta Lei

II - bens e serviços, utilizados como insumo na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda, inclusive combustíveis e lubrificantes, exceto em relação ao pagamento de que trata o art. 2º da Lei no 10.485, de 3 de julho de 2002, devido pelo fabricante ou importador, ao concessionário, pela intermediação ou entrega dos veículos classificados nas posições 87.03 e 87.04 da Tipi;

III - energia elétrica e energia térmica, inclusive sob a forma de vapor, consumidas nos estabelecimentos da pessoa jurídica;

IV - aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos, pagos a pessoa jurídica, utilizados nas atividades da empresa;

V - valor das contraprestações de operações de arrendamento mercantil de pessoa jurídica, exceto de optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES;

VI - máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado, adquiridos ou fabricados para locação a terceiros, ou para utilização na produção de bens destinados à venda ou na prestação de serviços;

VII - edificações e benfeitorias em imóveis próprios ou de terceiros, utilizados nas atividades da empresa;

VIII - bens recebidos em devolução cuja receita de venda tenha integrado faturamento do mês ou de mês anterior, e tributada conforme o disposto nesta Lei;

IX - armazenagem de mercadoria e frete na operação de venda, nos casos dos incisos I e II, quando o ônus for suportado pelo vendedor.

X - vale-transporte, vale-refeição ou vale-alimentação, fardamento ou uniforme fornecidos aos empregados por pessoa jurídica que explore as atividades de prestação de serviços de limpeza, conservação e manutenção.

(BRASIL, Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003).

Por seu turno, no regime cumulativo não há o direito ao crédito, regime que é obrigatório para empresas do lucro presumido ou arbitrado (BRASIL, Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998).

2.1.3 ICMS

O Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes e de Comunicação (ICMS) está previsto no art. 155, II, da Constituição Federal que regulamenta a independência dos estados para definir tributações e isenções:

Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: (...) II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior (...). (BRASIL, Constituição, 1988).

A base de cálculo do ICMS é o valor da saída da mercadoria e da prestação de serviço de transportes e comunicação. O art. 13, § 1º da Lei Complementar nº 87/96 esclarece que a base de cálculo do imposto é o valor do próprio imposto, isso diz que o imposto está embutido no preço da operação (BRASIL, 1996).

O ICMS tem a característica única de não cumulatividade, sendo que o contribuinte pode tomar créditos oriundos de compras sempre analisando a legislação Estadual. As alíquotas são aplicadas conforme a segmentação da operação (BRASIL, 1996).

O regulamento do ICMS do Paraná no art. 6º expõe a composição da base de cálculo para o imposto:

Art. 6º A base de cálculo do imposto é:

I - nas saídas de mercadorias previstas nos incisos I, III e IV do art. 5º, o valor da operação;

II - na hipótese do inciso II do art. 5º, o valor da operação, compreendendo mercadoria e serviço;

III - na prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, o preço do serviço;

IV - no fornecimento de que trata o inciso VIII do art. 5º:

a) o valor da operação, na hipótese da alínea "a";

b) o preço corrente da mercadoria fornecida ou empregada, na hipótese da alínea "b";

V - na hipótese do inciso IX do art. 5º, a soma das seguintes parcelas:

- a) valor da mercadoria ou bem constante dos documentos de importação, observado o disposto no art. 7º;
 - b) imposto de importação;
 - c) imposto sobre produtos industrializados;
 - d) imposto sobre operações de câmbio;
 - e) quaisquer outros impostos, taxas, contribuições e despesas aduaneiras (Lei Complementar nº 114/02); Alterado pela Lei nº 14.050/2003 (DOE de 14.05.2003), efeitos a partir de 17.12.2002 Redação Anterior
- VI - na hipótese do inciso X do art. 5º, o valor da prestação do serviço, acrescido, se for o caso, de todos os encargos relacionados com a sua utilização;
- VII - na hipótese do inciso XI do art. 5º, o valor da operação acrescido do valor dos impostos de importação e sobre produtos industrializados e de todas as despesas cobradas ou debitadas ao adquirente;
- VIII - na hipótese do inciso XII do art. 5º, o valor da operação de que decorrer a entrada;
- IX - na hipótese do inciso XIII do art. 5º, o valor da prestação na unidade federada de origem. (PARANÁ, Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996.)

2.2 Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS

Conforme a Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, que normatiza o PIS e a COFINS, o fato gerador das contribuições é calculado pelo faturamento auferido no período. Conforme Carrazza (2011, p. 635): “faturamento é a contrapartida econômica, auferida, como riqueza própria, pelas empresas em razão do desempenho de suas atividades típicas”. Logo o faturamento está conexo com a receita da atividade da empresa.

Já o ICMS é um imposto que tem seu fato gerador a circulação da mercadoria, conforme:

Art. 2º O imposto incide sobre:

- I - operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares;
- II - prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;
- III - prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza;
- IV - fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

V - fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.

(BRASIL. Lei nº 87, de 13 de setembro de 1996)

Conforme o art. 13, § 1º, Inciso I, da Lei Complementar 87/1996 (Lei Kandir), a parcela do imposto é embutida no valor total do produto sendo somente um ingresso de caixa que é repassado para o fisco (BRASIL, 1996). Logo, assim é formada a base de cálculo do ICMS e consequentemente das contribuições:

Art. 13. A base de cálculo do imposto é:

§ 1º Integra a base de cálculo do imposto, inclusive na hipótese do inciso V do caput deste artigo:

I - o montante do próprio imposto, constituindo o respectivo destaque mera indicação para fins de controle.

(BRASIL. Lei nº 87, de 13 de setembro de 1996)

Além do fato gerador do ICMS não ser o faturamento, outro argumento utilizado que o ICMS não corresponde ao faturamento mensal é a Lei nº 9.718/98, que permitiu a exclusão do ICMS ST da base do PIS e da COFINS. A partir dessa criou-se a discussão sobre o porquê de o ICMS ST ser descontado do Faturamento, e não o ICMS normal. Se ambos são congêneres, só há uma mudança na forma de arrecadação (BRASIL, 1998)

Já o fisco em sua defesa afirma que o ICMS é um custo para formação de preço da mercadoria e que os valores, independente se serem repassados para os cofres públicos, não desnaturam a condição de custo que é repassado para o consumidor final conforme parecer no Recurso Extraordinário 574706/PR (RECURSO, 2006).

O Ministro do STF, Marco Aurélio Mello, em decisão do Recurso Extraordinário 240.785-2 de 24/08/2006, referente à inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS, concedeu voto a favor do contribuinte, afirmando que:

A base de cálculo da Cofins não pode extravasar, desse modo, sob o ângulo do faturamento, o valor do negócio, ou seja, a parcela percebida com a operação mercantil ou similar. O conceito de faturamento diz com riqueza própria, quantia que tem ingresso nos cofres de quem procede à venda de mercadorias ou à prestação dos serviços, implicando, por isso mesmo, o envolvimento de noções próprias ao que se entende como receita bruta (RECURSO, 2006).

Com esse entendimento, anula-se o argumento imposto pelo Fisco de que o ICMS é recuperado e repassado no preço final:

Descabe assentar que os contribuintes da Cofins faturam, em si, o ICMS. O valor deste revela, isto sim, um desembolso a beneficiar a entidade de direito público que tem a competência para cobrá-lo. A conclusão a que chegou a Corte de origem, a partir de premissa errônea, importa na incidência do tributo que é a Cofins, não sobre o faturamento, mas sobre outro tributo já agora da competência de unidade da Federação. (RECURSO, 2006).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Tipologia quanto aos objetivos

A tipologia desse trabalho se caracteriza como descritiva, que de acordo com Gil (1989, p. 46) “está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionário e observação”. A pesquisa utilizou de dados verídicos de uma empresa no ramo de industrialização de placas e aplicou as reduções nas bases conforme a decisão do STF, indicada no referencial teórico.

3.2 Tipologia quanto aos procedimentos

Os procedimentos utilizados da pesquisa qualitativa foram aplicados para análise das variáveis aplicáveis ao trabalho. Fachin (1993, p. 75) dispõe: “é caracterizada pelos seus atributos e relaciona aspectos não somente mensuráveis, mas também descritivamente”. Pelo fato de tratar-se de um estudo de caso, a pesquisa é eminentemente qualitativa, ou seja, abordou o caso de uma empresa em particular em profundidade.

3.3 Tipologia quanto à abordagem ao problema

Para a abordagem do problema é efetuado um estudo de caso. Gil (1989, p. 58) preceitua: “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permite o seu amplo e detalhado conhecimento [...]”

3.4 Descrição do caso

O estudo foi feito em uma empresa limitada com cinco sócios localizada em Londrina-PR. Possui atualmente dez funcionários que atendem a demanda produtiva e administrativa da empresa. O ramo de atividade é a fabricação e comercialização de placas de veículos. Hoje a empresa estudada atende todo o Brasil, tendo sua maior parte das vendas na região Sul, com um faturamento médio anual de R\$ 6.000.000,00.

A empresa objeto de estudo nesse trabalho é tributada pelo lucro real, logo o regime de tributação do PIS e da COFINS é o não-cumulativo, sendo aplicadas as alíquotas de 1,65% para PIS e 7,6% para COFINS. Já o ICMS é tributado com alíquota básica de 12% para vendas dentro do estado do Paraná, 12% para operações interestaduais para a região Sul e Sudeste exceto Espírito Santo e 7% para o restante do país, não tendo a incidência de Substituição Tributária.

3.5 Estratégias para coleta e análise de dados

Foram feitos levantamentos dos dados através de análise documental, que para Silva (2010, p. 55) “difere da pesquisa bibliográfica por utilizar material que ainda não recebeu tratamento analítico ou que pode ser reelaborado; suas fontes são muito mais diversificadas e dispersas.”

Os dados pesquisados foram obtidos com a empresa em questão e foram compostos por balancetes e livros fiscais do ano de 2019. Foram obtidas as autorizações necessárias junto à empresa estudada conforme modelo de carta de apresentação presente no Apêndice A.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Resultados sem a exclusão

A empresa objeto de estudo nesse trabalho tem como atividade principal a industrialização de placas de veículos automotores. Para fins de cálculo não houve nenhuma redução de receita, logo a base de cálculo é o faturamento bruto mensal.

A Tabela 1 apresenta o faturamento e a base de cálculo do PIS e COFINS do ano de 2019.

Tabela 1: Faturamento e Base de Cálculo do PIS e COFINS – sem exclusão

COMPETÊNCIA	FATURAMENTO	BASE DE CALCULO
JANEIRO	275.385,66	275.385,66
FEVEREIRO	851.543,52	851.543,52
MARÇO	167.296,05	167.296,05
ABRIL	404.689,68	404.689,68
MAIO	560.477,15	560.477,15
JUNHO	542.198,99	542.198,99
JULHO	762.417,20	762.417,20
AGOSTO	966.032,02	966.032,02
SETEMBRO	783.814,63	783.814,63
OUTUBRO	949.188,64	949.188,64
NOVEMBRO	906.628,25	906.628,25
DEZEMBRO	772.176,06	772.176,06
TOTAL	7.941.847,85	7.941.847,85

Fonte: dados da pesquisa

A empresa é optante pelo lucro real, logo a mesma é sujeita ao regime não-cumulativo do PIS e COFINS. Nesse sistema é aplicado sobre a base de cálculo os percentuais de alíquotas de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS.

A Tabela 2 demonstra os valores apurados do PIS e COFINS no ano de 2019.

Tabela 2: Cálculo do PIS e da COFINS sobre o Faturamento – sem exclusão

COMPETÊNCIA	BASE DE CÁLCULO	PIS (1,65%)	COFINS (7,6%)
JANEIRO	275.385,66	4.543,86	20.929,31
FEVEREIRO	851.543,52	14.050,47	64.717,31
MARÇO	167.296,05	2.760,38	12.714,50
ABRIL	404.689,68	6.677,38	30.756,42
MAIO	560.477,15	9.247,87	42.596,26
JUNHO	542.198,99	8.946,28	41.207,12
JULHO	762.417,20	12.579,88	57.943,71
AGOSTO	966.032,02	15.939,53	73.418,43
SETEMBRO	783.814,63	12.932,94	59.569,91
OUTUBRO	949.188,64	15.661,61	72.138,34
NOVEMBRO	906.628,25	14.959,37	68.903,75
DEZEMBRO	772.176,06	12.740,90	58.685,38
TOTAL	7.941.847,85	131.040,49	603.580,44

Fonte: dados da pesquisa

Como visto na Tabela 2, a apuração do PIS e COFINS ocorreu neste cenário com o ICMS das operações incluída na base de cálculo.

4.2 Resultados com a exclusão

A legislação vigente não permite a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, pois ainda não foram concluídos os processos abertos por contribuintes solicitando a revisão do entendimento que o ICMS não se enquadra como faturamento. Porquanto, esse estudo almeja analisar os impactos nos valores das contribuições se não houvesse a inclusão do ICMS nas suas bases de cálculo conforme referenciado no capítulo 1 desse trabalho.

Assim, com base na nova proposta, será feita a exclusão do ICMS sobre as operações de industrialização de placas. Apresenta-se, para este fim, a apuração da base de cálculo ajustada, conforme a Tabela 3.

Tabela 3: Apuração da Base de Cálculo com a Exclusão do ICMS – com exclusão

COMPETÊNCIA	FATURAMENTO	(-) ICMS S/ IND.	BASE DE CALCULO
JANEIRO	275.385,66	25.340,86	250.044,80
FEVEREIRO	851.543,52	102.713,75	748.829,77
MARÇO	167.296,05	20.232,41	147.063,64
ABRIL	404.689,68	51.571,91	353.117,77
MAIO	560.477,15	66.279,37	494.197,78
JUNHO	542.198,99	65.163,25	477.035,74
JULHO	762.417,20	91.952,95	670.464,25
AGOSTO	966.032,02	101.114,53	864.917,49
SETEMBRO	783.814,63	82.318,91	701.495,72
OUTUBRO	949.188,64	101.832,21	847.356,43
NOVEMBRO	906.628,25	99.999,60	806.628,65
DEZEMBRO	772.176,06	83.379,85	688.796,21
TOTAL	7.941.847,85	891.899,60	7.049.948,25

Fonte: dados da pesquisa

A seguir, aplicando as alíquotas de 1,65% e 7,6% nas novas bases pode-se apurar, os seguintes resultados, apresentados na Tabela 4.

Tabela 4: Calculo PIS e COFINS com a Exclusão do ICMS.

COMPETÊNCIA	BASE DE CALCULO	PIS (1,65%)	COFINS (7,6%)
JANEIRO	250.044,80	4.125,74	19.003,40
FEVEREIRO	748.829,77	12.355,69	56.911,06
MARÇO	147.063,64	2.426,55	11.176,84
ABRIL	353.117,77	5.826,44	26.836,95
MAIO	494.197,78	8.154,26	37.559,03
JUNHO	477.035,74	7.871,09	36.254,72
JULHO	670.464,25	11.062,66	50.955,28
AGOSTO	864.917,49	14.271,14	65.733,73
SETEMBRO	701.495,72	11.574,68	53.313,67
OUTUBRO	847.356,43	13.981,38	64.399,09
NOVEMBRO	806.628,65	13.309,37	61.303,78
DEZEMBRO	688.796,21	11.365,14	52.348,51
TOTAL	7.049.948,25	116.324,15	535.796,07

Fonte: dados da pesquisa

4.3 Discussão

Após serem aplicadas todas as alterações propostas nesse trabalho no capítulo anterior, agora pode-se verificar os impactos que a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS poderia trazer no ano de 2019 para a empresa estudada.

Pode-se verificar no Tabela 5 que, após a exclusão do ICMS da base de cálculo, houve uma redução de R\$ 891.899,60, redução que representa 11,23% do total da base de cálculo de 2019.

Tabela 5: Comparativo de Bases de Calculo

COMPETÊNCIA	BASE DE CALCULO C/ ICMS	BASE DE CALCULO S/ ICMS	DIFERENÇA (%)
2019	7.941.847,85	7.049.948,25	11,23%

Fonte: dados da pesquisa

Para melhor entendimento, foi aplicada na Tabela 5 a somatória do PIS e COFINS, sendo que na segunda coluna ocorreu a apuração do tributo devido com o

ICMS incluído na base de cálculo e, na terceira coluna, sem o ICMS nesta base de cálculo, logo apresentando as diferenças em valores absolutos e em porcentagem.

Tabela 6: Comparativo PIS e COFINS

COMPETÊNCIA	PIS E COFINS C/ ICMS	PIS E COFINS S/ ICMS	DIFERENÇA (R\$)	DIFERENÇA (%)
JANEIRO	25.473,17	23.129,14	2.344,03	9,20%
FEVEREIRO	78.767,78	69.266,75	9.501,02	12,06%
MARÇO	15.474,88	13.603,39	1.871,50	12,09%
ABRIL	37.433,80	32.663,39	4.770,41	12,74%
MAIO	51.844,14	45.713,29	6.130,84	11,83%
JUNHO	50.153,41	44.125,81	6.027,60	12,02%
JULHO	70.523,59	62.017,94	8.505,65	12,06%
AGOSTO	89.357,96	80.004,87	9.353,09	10,47%
SETEMBRO	72.502,85	64.888,35	7.614,50	10,50%
OUTUBRO	87.799,95	78.380,47	9.419,48	10,73%
NOVEMBRO	83.863,11	74.613,15	9.249,96	11,03%
DEZEMBRO	71.426,29	63.713,65	7.712,64	10,80%
TOTAL	734.620,93	652.120,21	82.500,73	11,29%

Fonte: dados da pesquisa

Como é notado na Tabela 6, houve uma diferença de 11,29% na média anual. Isso aponta que, se a empresa tivesse utilizado desse método, a mesma obteria um acréscimo de caixa no valor de R\$ 82.500,73 gerado no referido ano.

Na Tabela 7, demonstra-se o resultado antes das operações financeiras da empresa sem a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

Tabela 7: DRE 2019 – sem exclusão

RECEITA BRUTA	8.272.176,00
(-) ICMS	(692.062,60)
(-) PIS	(131.040,49)
(-) COFINS	(603.580,44)
(-) DEDUÇÕES DE VENDAS	(74.775,23)
(-) CUSTOS	(2.772.905,66)
(-) DESPESAS	(2.240.815,51)
(=) LUCRO/PREJUÍZO ANTES DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	1.756.996,07

Fonte: dados da pesquisa

Como é possível observar na Tabela 3, o resultado apurado foi de um lucro de R\$ 1.756.996,07, mesmo sem a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Nesse estudo, com a mudança de apuração do PIS e da COFINS excluindo o ICMS da base de cálculo, nota-se que há um aumento de R\$ 82.500,72, assim apurando um aumento do lucro para R\$ 1.839.496,78 conforme demonstra a Tabela 8:

Tabela 8: DRE após alteração

RECEITA BRUTA	8.272.176,00
(-) ICMS	(692.062,60)
(-) PIS	(116.324,15)
(-) COFINS	(535.796,07)
(-) DEDUÇÕES DE VENDAS	(74.775,23)
(-) CUSTOS	(2.772.905,66)
(-) DESPESAS	(2.240.815,51)
(=) LUCRO/PREJUÍZO ANTES DAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	1.839.496,78

Fonte: dados da pesquisa

A Tabela 9, por sua vez, representa o impacto no resultado da empresa com a mudança da base de cálculo.

Tabela 9: Comparativo do resultado

EXERCICIO	RESULTADO	RESULTADO COM A EXCLUSÃO	DIFERENÇA (%)
2019	1.756.996,07	1.839.496,78	4,70%

Fonte: dados da pesquisa

Como se observa na Tabela 9, no exercício findo 31 de dezembro de 2019 houve neste cenário um aumento de 4,70% no resultado da empresa com a mudança da metodologia de apuração das contribuições. Essas mudanças de base de cálculo impactam, portanto, diretamente no lucro da empresa, justamente por essas contribuições serem redutoras da receita bruta. Como consequência desses números, baseado nestas evidências, a empresa tende a melhorar seus resultados.

5 CONCLUSÃO

O objetivo geral da pesquisa é avaliar os impactos tributários e financeiros na atividade de comercialização e indústria de placas com a exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS, foi verificado por meio de um estudo de caso. Esse estudo detectou que houve um aumento no lucro do exercício de 2019 de 4,70% efetuando a dedução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS. Logo, fica concluído que com essa mudança de base de cálculo há um reflexo direto no resultado da empresa estudada.

O objetivo específico 1 (Apurar a carga tributária antes e após as exclusões do ICMS nas bases de PIS e COFINS.) as bases foram apuradas com o embasamento no referencial teórico descrito no capítulo 2 deste estudo, enfatizando o entendimento na legislação vigente.

O objetivo específico 2 (Comparar os resultados dos cálculos efetuados com a exclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS.) os valores tributados foram obtidos através dos documentos disponibilizados pela empresa assim podendo com base nos mesmos efetuar a exclusão do ICMS, assim obtendo a diferença nos valores das contribuições objetos de estudo.

E o objetivo específico 3 (Analisar o impacto no resultado da empresa com essas exclusões e os benefícios financeiros que elas poderão obter.) verificou-se que se houver a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, acarretará em uma redução nas contribuições e logo um aumento na lucratividade da empresa.

O estudo elaborado possibilitou uma análise da carga tributária da empresa considerando a tributação do PIS e a COFINS. Com o objetivo de mensurar o impacto que a exclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS, foram realizados testes na tributação de uma Fabricando de Placas de Veículos.

O impacto que essa mudança de entendimento sobre a apuração da base das contribuições foram expostos no capítulo 4 que se torna viável para uma futura elisão fiscal. A mesma tornou possível o aumento da lucratividade da empresa em mais de 4% no exercício de 2019, somente reduzindo as despesas tributarias da empresa.

Lembrando que esse resultado impõe a importância do julgamento ainda não concluído no STF. Contudo essa análise tem o intuito de evidenciar que o ICMS não

deve integrar a base de cálculo das contribuições, pelo simples fato que a legislação não trata o ICMS como receita.

Fazendo uma análise na Lei nº 9.718/98, nota-se o que o fisco criou uma particularidade na tributação do ICMS ST, que o mesmo exclui da base de cálculo do PIS e da COFINS, o que confirma a tese estudada nesse trabalho, sendo que a ST é o ICMS cobrado de uma forma diferente, mas continua sendo ICMS.

Contudo, fica concluído que o ICMS não deve compor a base de cálculo das contribuições.

Com a intenção de melhorar o entendimento sobre o assunto estudado são sugeridas novas pesquisas como aplicar esse mesmo conceito em outros setores do mercado, efetuar a pesquisa em empresas de pequenos e grande porte para orientar e tomar ciência dessa situação para que tenha uma maior competitividade no mercado, assim gerando mais empregos e desenvolvendo o país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

Lex: Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>.

Acesso em: 14 mai. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998. Altera a legislação tributária federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 nov.

1998. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leis/ant2001/lei971898.htm>.

Acesso em: 14 mai. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a não cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS).

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10637compilado.htm>.

Acesso em: 14 mai. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003. Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leis/2003/lei10833.htm>>.

Acesso em: 14 mai. 2020.

BRASIL. Lei nº 87, de 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp87.htm>.

Acesso em: 14 mai. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.580, de 22 de novembro de 2018. Regulamenta a tributação, a fiscalização, a arrecadação e a administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9580.htm>.

Acesso em: 14 mai. 2020.

BRASIL, Decreto nº 8.426, de 01 de abril de 2015. Restabelece as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8426.htm>.

Acesso em: 14 mai. 2020.

PARANÁ. Regulamento do ICMS-PR. Disponível em: <<https://www.sefanet.pr.gov.br/dados/SEFADOCUMENTOS/7199611580.pdf>>.

Acesso em: 14 mai. 2020.

ESTIMATIVA DA CARGA TRIBUTÁRIA BRUTA NO BRASIL. Tesouro Nacional, 2019. Disponível em: <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:32076>.

Acesso em: 14 mai, 2020.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1989.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FACHIN, Odília. Fundamentos de metodologia. São Paulo: Atlas, 1993.

BORGES, Humberto Bonavides. Gerência de impostos: IPI, ICMS e ISS. 4. ed. São Paulo, Atlas, 2002.

FABRETTI, Láudio Camargo. Código tributário nacional comentado. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

GUBERT, P. A. Pinheiro. Planejamento tributário: análise jurídica e ética. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2003.

CARRAZZA, Roque Antonio. ICMS. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

WERNKE, R. Gestão de Custos: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2001.

FABRETTI, Laudio Camargo. Contabilidade tributária e societária para advogados. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RECURSO Extraordinário 240.785-2 Minas Gerais. 24 ago. 2006. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/imprensa/pdf/RE240785.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

RECURSO Extraordinário 574.706 Paraná. 13 dez. 2007. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/verProcessoDetalhe.asp?incidente=2585258>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO



Universidade Federal do Paraná – UFPR
Setor de Ciências Sociais Aplicadas – SCSA
Departamento de Ciências Contábeis – DECONT

À

(CONFIDENCIAL)

Assunto: Proposta para Realização de Estudo

Prezado Sr.,

A Universidade Federal do Paraná, instituição pública de ensino, possui dentre suas atribuições sociais a promoção e realização de pesquisas com o objetivo de disponibilizar conhecimento e experiências das mais variadas formas para seus alunos, acadêmicos, profissionais e para a sociedade.

Vimos respeitosamente propor, por meio dessa carta, a realização de um estudo nesta organização, tendo como objetivo a realização de um estudo de caso a respeito do impacto financeiro e tributário da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS em uma empresa de placas, realizado pelo aluno Marco Aurélio Kaminski, sendo orientado pelo Professor Henrique Portulhak.

Para a realização do estudo, prevemos que será necessária a análise de documentos internos da organização pelo estudante, cujo acesso será realizado com o seu aceite. Comprometemo-nos com total discrição para que a empresa não seja identificada e para que informações confidenciais da empresa não sejam divulgadas.

Espera-se que o referido estudo de caso resulte na elaboração de uma monografia de especialização pela aluna, além de possíveis artigos científicos a serem submetidos a congressos e revistas especializadas, com a possibilidade de trazer contribuições aos leitores e para a própria organização. Destacamos que a confidencialidade do nome da empresa será mantida em todos os trabalhos resultantes do estudo.

Comprometemo-nos, ainda, em apresentar o resultado final do estudo para apreciação, a fim de que todas as partes estejam de acordo com as informações incluídas na monografia, para que haja segurança de que nenhuma informação que possa ser considerada confidencial seja divulgada por estes canais.

Desde já agradecemos pela colaboração.

Marco Aurélio Kaminski
Aluno – Especialização em Contabilidade e
Finanças UFPR

Ciente e de acordo,

Prof. Henrique Portulhak, Dr.
Professor Orientador
Departamento de Ciências Contábeis - UFPR

(CONFIDENCIAL)
Sócio Administrador
(CONFIDENCIAL)